

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



ESTUDO DA EFICIÊNCIA EMPRESARIAL NAS COOPERATIVAS

023
23
O Cooperativismo é a resposta adequada
para os que sabem que há uma solução
para resolver
ALUNA: SANDRA LINHARES SARAIVA
ORIENTADOR: EDUARDO ARAÚJO DE AZEVEDO

FORTALEZA/95

*"O Cooperativismo é a suprema esperança
para os que sabem que há uma questão social a
resolver e uma revolução a evitar".*

Charles Gide

BSFEAC

UFC	BIBLIOTECA CENTRAL
29/10/95	29/10/95

F23

29/10/95

Agradecimento

Meu amigo

Agradeço a ti que estiveste sempre ao meu lado, fosse em pensamentos ou fisicamente, pois fostes tu que me encorajaste a elaborar esta obra tão modesta, mas que me forneceu subsídios para eu cada vez mais constatar que compartilhamos dos mesmos ideais.

Obrigada.

Sandra

ÍNDICE

1-	INTRODUÇÃO.....	1
2-	SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	2
2.1-	CONCEITO.....	2
2.2-	OBJETIVOS.....	3
2.3-	CLASSIFICAÇÃO.....	3
2.4-	CARACTERÍSTICAS.....	4
2.5-	ALGUMAS DIFERENCAS ENTRE EMPRESAS COOPERATIVAS E EMPRESAS COMERCIAIS.....	8
3-	ESTUDO DA EFICIÊNCIA EMPRESARIAL NAS COOPERATIVAS.....	10
3.1-	SOCIEDADES COOPERATIVAS X EFICIÊNCIA EMPRESARIAL.....	10
3.2-	AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA-FINANCEIRA.....	11
3.2.1-	AUTOFINANCIAMENTO E LIQUIDEZ.....	12
3.2.2-	ENDIVIDAMENTO.....	14
3.2.3-	CAPACIDADE OPERACIONAL.....	16
3.2.4-	DOS RESULTADOS.....	17
3.3-	AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA SOCIAL.....	20
4-	AVALIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA (EXEMPLO).....	23
4.1-	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA.....	23

4.2-	PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	23
4.3-	DESENVOLVIMENTO.....	25
5-	CONCLUSÃO.....	33
6-	BIBLIOGRAFIA.....	34

1- INTRODUÇÃO

As sociedades cooperativas, enquanto empresas inseridas em uma economia de mercado competitiva, estão sujeitas a uma permanente avaliação de desempenho por parte de seus associados, público, agentes financeiros, governo, concorrência, clientela e fornecedores.

A teoria tradicional de análise de eficiência consagra determinados indicadores de desempenho que são amplamente utilizados pelos componentes do mercado em geral. Esta teoria, de ótica e base construída a partir de empresas de capital aberto, muitas vezes não se enquadra com perfeição às peculiaridades das empresas cooperativas, devido a algumas diferenças conceituais das demais empresas.

A compreensão dos mecanismos diferenciadores da gestão empresarial das cooperativas são determinantes para a análise de sua eficiência.

Para tanto buscou-se introduzir neste trabalho noções básicas das empresas cooperativas para posteriormente demonstrar alguns indicadores que refletissem a situação econômico-financeira-social da mesma.

Partindo para a prática tentou-se realizar uma análise de uma cooperativa que, por questões éticas, não teve sua razão social revelada.

2- SOCIEDADES COOPERATIVAS

2.1- CONCEITO

Segundo a lei 5764 de 16/12/71 em seu ato 4º-.

“As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

São “sociedades de pessoas” já que o poder é pessoal e unitário não importando o montante de capitalização de cada indivíduo.

Possuem “forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil”, ou seja, as sociedades cooperativas não visam o lucro e sim a satisfação de seus associados e empregados.

“Não sujeitas a falência”, pois assim a lei determinou.

São “constituídas para prestar serviços aos associados”, ou seja, as sociedades cooperativas funcionam como intermediadoras nas operações entre seus associados e o mercado, buscando as melhores opções para seus membros.

Este conceito inserido na atual legislação que regula as sociedades cooperativas transmite uma idéia errônea de que as mesmas não funcionam como empresas e sim como instituições de caridade, o que não é verdade. Estas sociedades funcionam sim como empresas, visando lucro, pois o mesmo além de beneficiar os associados denuncia a eficiência da empresa.

2.2- OBJETIVOS

As sociedades cooperativas poderão ser contituídas para executar qualquer tipo de serviço, operação ou atividade, desde que satisfaçam os interesses de seus associados.

2.3- CLASSIFICAÇÃO

De acordo com a Lei 5.764/71 as sociedades cooperativas podem ser classificadas em: Singulares, Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas e Confederações de Cooperativas.

As cooperativas singulares são aquelas constituídas por um número mínimo de pessoas físicas, ou seja, 20 (vinte), sendo permitido a admissão de pessoas jurídicas, desde que estas tenham os mesmos objetivos das pessoas físicas ou que a mesma não tenha fins lucrativos.

Já as Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas são aquelas constituídas de um conjunto de cooperativas singulares, pelo menos 03 (três), sendo possível em caráter excepcional o ingresso de associados individuais, desde que tais centrais ou federações não tenham por objeto atividade de crédito. Às cooperativas centrais cabe organizar, em comum ou maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse dos filiados; integrar e orientar suas atividades, bem como facilitar a utilização recíproca dos serviços.

As confederações de cooperativas são aquelas constituídas de um número mínimo, 03 (três), de cooperativas centrais ou federações, da mesma ou de diferentes modalidades.

Segundo a organização das Cooperativas Brasileiras - OCB as cooperativas podem ser classificadas de acordo com o seu objetivo como, por exemplo, em : Cooperativas de Crédito; Consumo; Trabalho; Eletrificação e Telefonia Rural; Escolares; Habitacionais e Agropecuárias.

2.4- CARACTERÍSTICAS

As principais características deste tipo de sociedade podem ser encontrada na Lei 5.764/71 conforme transcorremos abaixo:

a) Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

Logo, uma sociedade cooperativa exige apenas um número mínimo de pessoas para ser constituída, mas deve-se observar se a quantidade de associados possibilita ou não o desenvolvimento do objetivo traçado.

b) Variabilidade do Capital Social, representado por quotas-partes;

Variabilidade do capital refere-se a adesão de associados, pois com a entrada ou saída de pessoas o capital sofre alterações. Por se tratar de sociedades por quotas de responsabilidade limitada seu capital está dividido em quotas-partes.

c) Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultando, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o comprimento dos objetivos sociais;

Em virtude de se tratar de uma sociedade civil onde o capital não é elemento preponderante e sim o trabalho, a lei estabelece um máximo de participação no capital, já que não faz sentido esta concentração.

d) Incessibilidade das quotas partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

Ou seja, nas sociedades cooperativas não se pode transferir a participação no capital a não associados, mas pode-se transferir entre associados desde que previsto em estatuto e aprovado em assembléia.

e) Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas com exceção das que exerçam atividade de crédito, optarem pelo critério de proporcionalidade;

Singularidade de voto significa que cada associado só pode ter um voto, independentemente da quantidade das quotas -partes que possua.

Critério de proporcionalidade significa que quando estabelecido no estatuto a quantidade de votos pode ser determinada segundo um critério como, por exemplo número de associados.

f) "Quorum" para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

A Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta.

Logo, nas sociedades cooperativas o associado tem poder de decisão e não a sua participação no capital social.

Para instalação o “quorum” será de: em primeira convocação de 2/3 (dois terços) do número de associados; Em segunda convocação de metade mais 1(um); Terceira convocação com um número mínimo de 10(dez) associados, ressalvado-o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas , que se instalarão com qualquer número.

g) Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

Em geral neste tipo de sociedade as despesas são cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta das operações, sendo as sobras, que nada mais são do que o resultado positivo das atividades, rateadas da mesma forma que as despesas.

h) Indivisibilidade dos Fundos de Reservas de Assistência Técnica, Educacional e Social;

O Fundo de Assistência Técnica Educacional é social - FATES existentes nas sociedades cooperativas é dotado com pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. Criado por lei este fundo tem por finalidade principal financiar o aprimoramento dos associados, e, quando estabelecido no estatuto, aos empregados.

Já os Fundos de Reserva são formados com pelo menos 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício e destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de atividades.

Estes fundos não podem ser divididos com os associados diretamente.

i) Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

Nas cooperativas todos os cooperados tem direitos iguais, independente de sexo, cor, raça, religião, filiação política-partidária, ou seja, o cooperativismo proíbe qualquer discriminação.

j) Prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

Nesta característica torna-se evidente a concepção de que as cooperativas não visam apenas a fins econômicos, mas sim a realizar o educacional e o social;

l) Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Esta característica nos informa que para uma pessoa se tornar associado tem que reunir condições de atingir o objetivo da empresa como, por exemplo, conhecimentos técnicos especializados.

2.5- ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE EMPRESAS COOPERATIVAS E EMPRESAS COMERCIAIS

Tomando por base as características das sociedades cooperativas descritas no tópico anterior, podemos detectar algumas diferenças entre este tipo de sociedade e as comerciais.

Em primeiro lugar observamos que nas sociedades comerciais a adesão a sociedade depende de diversos fatores como, por exemplo, a necessidade ou não de ingresso de capital, o qual seria representado por novos sócios.

A variabilidade do capital nas sociedades comerciais não se dá apenas pelo ingresso de novos sócios, existindo outros meios como aumento ou diminuição do valor patrimonial. Além de as sociedades comerciais poderem ser constituídas sob outras formas além de Ltda.

Nas empresas comerciais não há limite de participação no capital, além das quotas-partes poderem ser transferidas a qualquer outra pessoa e não só aquelas que já fazem parte da mesma.

A quantidade de votos depende da participação no capital social nas sociedades comerciais, bem como o retorno do resultado do período.

Nas sociedades cooperativas o capital constitui meio e não finalidade, pois as cooperativas não se estruturam estrategicamente somente na acumulação deste apesar de necessitá-lo como fator econômico.

Nas cooperativas o poder é pessoal e unitário não importando o montante da capitalização de cada indivíduo, enquanto que nas empresas mercantis o capital é sinônimo de poder.

3- ESTUDO DA EFICIÊNCIA EMPRESARIAL NAS COOPERATIVAS

A avaliação da eficiência empresarial nas empresas cooperativas não pode ser dirigida apenas em relação aos aspectos econômicos-financeiros tradicionais, devendo ser levado em consideração as características político-sociais, o qual afetam o desempenho administrativo ou o desempenho estratégico e dos negócios.

3.1- SOCIEDADES COOPERATIVAS X EFICIÊNCIA EMPRESARIAL

As Cooperativas apesar de não ter por finalidade principal o lucro não podem deixar de ser encaradas como uma empresa, a qual habita num ambiente cada vez mais competitivo, ou seja, ela deve buscar ser eficiente no mercado.

Para isto a empresa cooperativa deve ser moderna, buscando atender aos associados, bem como satisfazer ao consumidor.

Deve ainda investir na capacitação dos seus associados e funcionários, além de ter mecanismos de participação.

Capacidade para novos investimentos, divulgação de seus produtos, meios para produzir e capital para investir são outros requisitos necessários para se atingir a eficiência empresarial, pois a cooperativa deve ser uma extensão dos negócios dos seus associados.

O equilíbrio entre distribuição e acumulação de sobras, entre estrutura voltada para o mercado ou para o quadro social e entre decisões tecnoburocráticas ou democráticas é em suma o conceito de eficiência básica que norteia uma empresa cooperativa.

3.2- AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA-FINANCEIRA

Numa empresa cooperativa a eficiência econômico-financeira é decorrente da formação e do uso do capital de giro, tendo como referência o seu ciclo de crescimento.

O ciclo de crescimento em uma empresa cooperativa se inicia pela formação da sua estrutura, o qual é resultante da formação inicial do mesmo e de sua evolução em função dos resultados, novos aumentos do capital social e/ou retenções sobre o processo produtivo. Para completar as fontes de recursos ocorre a captação de recursos de terceiros.

O ciclo do crescimento econômico continua com os investimentos dos recursos disponíveis.

Realizado o investimento, a cooperativa terá então, de superar as barreiras de competição tanto na captação da matéria-prima, quando na venda dos produtos finais.

A formação do capital de giro próprio compreende uma política de longo prazo ou estrutural, o qual permite o auto financiamento operacional e a obtenção de mais fundos a longo prazo para investimentos.

Já a melhor utilização do capital de giro próprio compreende uma política de curto prazo ou operacional, o qual permite a liberação deste para investimentos de longo prazo.

Para o estudo da eficiência econômica-financeira tomaremos para estudo grupos de indicadores, conforme abaixo:

I- Autofinanciamento e Liquidez

II- Endividamento

III- Capacidade operacional

IV- Dos Resultados

3.2.1. AUTOFINANCIAMENTO E LIQUIDEZ

Entende-se por autofinanciamento a capacidade que a cooperativa tem de crescer e sustentar suas operações com o capital de giro próprio.

Já a liquidez compreende a capacidade de pagamento da cooperativa ou sua capacidade de fazer frente às obrigações contraídas junto a terceiros.

O autofinanciamento e a liquidez de uma empresa cooperativa podem ser avaliados mediante a aplicação dos índices abaixo:

a) Índice de Autofinanciamento

Este índice mede a capacidade da cooperativa de financiar seu ativo operacional com seu capital de giro próprio.

É obtido pela divisão abaixo:

$$\text{IA} = \frac{\text{Passivo Permanente(PP)} - \text{Ativo Permanente(AP)}}{\text{Ativo Operacional(AO)}}$$

Sendo:

IA = Índice de autofuncionamento

PP = Empréstimos a Longo Prazo, capital + reserva e sobras acumuladas

AP = Direitos Realizáveis a Longo Prazo, Imobilizado e Investimentos

AO = Disponível, Contas a Receber de Vendas, Estoques e Despesas Operacionais do Exercício Seguinte

A diferença entre o PP e o AP forma o Capital de Giro(CDG).

Quanto maior for este índice melhor para a empresa, já que se estará revelando que existem sobras de capital de giro próprio em relação à sua utilização.

b) Índices de Liquidez

Os índices de liquidez tem por objetivo medir a capacidade da empresa de fazer face às suas obrigações, ou seja, medem a capacidade de pagamento.

Esta análise da capacidade de pagamento pode ser verificada sob diversos âmbitos, daí surgindo vários índices de liquidez como:

b.1) Liquidez Corrente

Mede a capacidade da cooperativa fazer frente às suas obrigações no curto prazo.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Quanto maior melhor.

b.2) Liquidez Seca

Mede a Capacidade de Pagamento da cooperativa sem o uso de seus estoques, já que os mesmos representam os ativos operacionais circulantes que mais demoram a converter-se em caixa e, principalmente, porque precisam ser repostas.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Quanto maior melhor.

b.3) Liquidez Geral

Mede a capacidade de pagamento da Cooperativa através dos recursos de curto e longo prazo em relação as dívidas de curto e longo prazo

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Quanto maior melhor.

3.2.2. ENDIVIDAMENTO

Entende-se por endividamento a busca de recursos, em decorrência da falta de capital de giro próprio, para financiar, ora as operações, ora os investimentos a longo prazo.

Para isto pode-se utilizar alguns indicadores como os abaixo descritos:

a) Endividamento Total

Mede a utilização de recursos externos para o funcionamento dos investimentos totais a curto e a longo prazo.

$$\text{ET} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Quanto menor melhor.

b) Endividamento a Longo Prazo

Mede a utilização de recursos externos para o financiamento dos investimentos totais e em específico os a longo prazo.

Para avaliar o endividamento a longo prazo pode-se dispor de duas fórmulas, conforme abaixo:

$$\text{EL} = \frac{\text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{EL} = \frac{\text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Imobilizado}}$$

Quanto maior melhor visto que dependerá de resultados futuros para fazer frente às amortizações. É bom que o Imobilizado seja financiado com o ELP, com isto o PL se destinaria ao financiamento do capital, dando-lhe equilíbrio.

3.2.3. CAPACIDADE OPERACIONAL

Através da análise dos índices que compõem este grupo torna-se possível avaliar a composição das necessidades de capital de giro, item fundamental na composição do índice de autofinanciamento.

Para tanto se torna necessário as avaliações abaixo:

a) Prazo Médio de Recebimentos

Com base neste índice pode-se avaliar a eficiência comercial da cooperativa no que tange a política de vendas.

$$\text{PMR} = \frac{\text{Contas a Receber Média} \times 360}{\text{Vendas Líquidas}}$$

As Contas a Receber (Média) compreendem todas aquelas relativas à vendas para associados e terceiros, distribuidores, adiantamentos, etc, ficando fora os repasses, ativos financeiros e outros ativos não operacionais.

Quanto menor este índice melhor para a empresa.

b) Prazo Médio de Pagamento

Permite avaliar a política de compras na empresa Cooperativa

$$\text{PMP} = \frac{\text{Contas a Pagar Médio} \times 360}{\text{Compras}}$$

Quanto maior melhor.

c) Prazo Médio de Estoques

Este índice possibilita a comparação de elementos para se saber quantos dias são necessários para que todo o estoque seja vendido.

$$\text{PME} = \frac{\text{Estoque Médio} \times 360}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}}$$

Quanto menor melhor.

3.2.4. DOS RESULTADOS

Neste grupo de indicadores se encontram os tradicionais índices da situação econômica.

Vale ressaltar que apesar das cooperativas não visarem lucro (conceitualmente), elas dependem essencialmente da obtenção de resultados econômicos positivos para reciclar seu crescimento.

Mesmo sem objetivar a remuneração do capital, a rentabilidade do Patrimônio é importante para a cooperativa à medida em que justifica ao associado a manutenção das sobras na empresa, fazendo com que se melhore a prestação de serviços, facilitando o processo produtivo.

Os principais índices são:

a) Rentabilidade das Vendas

Este índice mede a capacidade de realizar sobras líquidas em relação ao volume de atividade econômica.

Vale ressaltar que as sobras são resultantes do valor do adiantamento que a cooperativa faz ao associado.

$$RV = \frac{\text{Sobras Líquidas}}{\text{Vendas}}$$

Quanto maior melhor.

b) Margem Bruta

Mede a sobra bruta decorrente da variação dos estoques e custos operacionais diretos e disponível para cobertura das demais despesas da cooperativas.

$$MB = \frac{\text{Sobras Brutas}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

Quanto maior melhor.

c) Retorno sobre Investimentos

Avalia a capacidade da cooperativa realizar resultados(sobras) em relação ao total dos ativos.

$$RSI = \frac{\text{Sobras Líquidas do Exercício}}{\text{Ativo Médio}}$$

Quanto maior melhor.

d) Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Mede a capacidade da empresa remunerar o seu patrimônio líquido.

Através deste indicador é possível se medir o custo/oportunidade da capitalização.

$$\text{RSPL} = \frac{\text{Sobras Líquidas do Exercício}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

Quanto maior melhor.

e) Giro do Ativo

Mede a capacidade operacional da cooperativa.

Através deste indicador é possível se avaliar o retorno dos ativos, pois cada vez que se dá um giro no ativo em relação às vendas, acumula-se sobras.

$$\text{GA} = \frac{\text{Receita Operacional Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$$

Quanto maior melhor.

3.3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA SOCIAL

A cooperativa é uma associação mais uma empresa e nela estão interligados: o econômico e o humano, o financeiro e o cultural, a associação de pessoas e a empresa econômica. Então, além da análise dos aspectos econômicos da empresa cooperativa, é necessário analisar também os aspectos humanos e sociais da associação embutida na empresa cooperativa.

O equilíbrio no desenvolvimento dos fatores econômicos-financeiros e político-sociais é que determina a eficiência global das cooperativas.

Para a avaliação da eficiência social são utilizados, dentre outros, os indicadores abaixo:

a) Faturamento por Associado

Mede a relação entre a atividade operacional e o número de associados.

$$\text{FPA} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Nº de associados ativos}}$$

Através deste índice pode-se indicar desvios de produção, se o valor for baixo e decrescente ano a ano, e,, queda do valor real dos produtos se o valor for baixo e decrescente ano a ano.

Para a análise deste índice ainda se faz necessário o auxílio de outro documento como, por exemplo, cadastro de produção por associado, etc

b) Participação em Assembléias ou da Vitalidade Democrática da Cooperativa

Mede o grau de interesse dos associados em participar e obter informações sobre a estratégia e resultados da sua empresa.

$$\text{PEA} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de associados que compareceram à última assembléia} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ associados total}}$$

Quanto maior melhor.

c) Da Equidade Cooperativa

Vários são os índices que medem o grau de equidade nas cooperativas, pois apesar da mesma ser considerada, do ponto de vista doutrinário, como importante instrumento de eliminação do assalariado, pelo fato de reunir na pessoa do cooperado: o associado, o empresário e o usuário; na prática as cooperativas não conseguem eliminar a figura do empregado.

Então, seu grau de equidade pode ser verificado através de, por exemplo:

- * Porcentagem de empregados-associados e de empregados não associados;

d) Da Importância Atribuída à Educação Cooperativa.

A importância que a cooperativa atribui à educação pode ser avaliada através de indicadores como, por exemplo:

- * Tipos de assistência técnica e educativa destinadas aos membros.

Pois, além de verdadeira escola de democracia, a cooperativa também é considerada escola de gestão econômica porque permite o treinamento de seus membros na sua atividade de associado-empresário.

4- AVALIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA (EXEMPLO)

BSFEAC

4.1- CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A Cooperativa em análise atua no campo agroindustrial, tendo como parques industriais os abaixo indicados:

- Usina beneficiamento de algodão;
- Usina de industrialização do caroço do óleo;
- Beneficiamento de arroz;
- Fabricação de doces: Leite, banana e goiaba;
- Unidade de resfriamento de leite.

A referida cooperativa tem por área de ação os municípios de: Icó, Jaguaribe, Pereiro, Orós, Umari, Baixio, Ipaumerim, Lavras da mangabeira e São Miguel -RN.

O número de associados registrados na cooperativa em questão estão abaixo indicados:

- Exercício 1992 = 1.763 associados, sendo 1.164 ativos
- Exercício 1993 = 1.831 associados, sendo 1.208 ativos
- Exercício 1994 = 2.049 associados, sendo 818 ativos

4.2- PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Em virtude dos planos econômicos ocorridos nos anos de 1993 e 1994 se fez necessário alguns ajustes no Balanço Patrimonial da Cooperativa em análise, senão vejamos:

1- Divisão dos valores de 1992 por 1000, devido ao corte de três zeros em 1993;

2- Utilização de fator multiplicador nos valores de 1993 devido a troca de moeda de cruzeiro real para real. O fator multiplicador foi assim determinado.

UFIR DE 30/06/94 + UFIR DE 31/12/93 =		1518,07 + 185,12
<hr/>		<hr/>
2		2
<hr/>		<hr/>
UFIR DE 31/12/93		185,12 = 0,00167281173
<hr/>		<hr/>
2.750		2.750

Vale ressaltar que não se fez necessário a conversão de todos os valores para a mesma moeda (correção integral) em virtude dos índices utilizados serem obtidos com os valores do mesmo exercício, sendo que quanto se trabalhou com valores médios estes representavam contas que já traziam seus valores correntes.

Na DRE os valores se encontram avaliados ao poder aquisitivo da época de levantamento tendo sido os valores de 1992 transformados para cruzeiro real.

Na análise da situação econômica financeira não foi possível calcular alguns índices, relativos ao exercício de 1992, em virtude da insuficiência de dados.

4.3- DESENVOLVIMENTO

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

BSFEAC

Através do índice de autofinanciamento se pode observar uma crescente melhora no decorrer dos anos de 1992, 1993 e 1994. Isto equivale a dizer que a Cooperativa passou a dispor de mais capital de giro próprio para financiar seu ativo operacional.

Quanto a liquidez, a qual representa a capacidade de pagamento, a cooperativa passou a representar uma posição positiva (corrente e seca) apenas em 1994, ficando ainda em má situação quanto a liquidez geral. Este quadro não muito favorável da liquidez pode ser explicado pelo fato das fontes de recursos estarem sendo aplicadas no Ativo Permanente, o que não seria uma boa aplicação já que estes só trarão resultado para a empresa a longo prazo, enquanto as dívidas serão liquidadas no curto prazo.

Através da análise dos índices de endividamento pode-se observar que quanto ao endividamento total a cooperativa em análise necessitou adquirir menos recursos de terceiros para financiar o seu ativo. Isto se deve ao crescente aumento do capital de giro próprio. Outro fato que vem a confirmar esta tendência encontra suporte no crescente aumento do endividamento a longo prazo.

Quanto a análise dos prazos médios no decorrer dos anos de 1993 para 1994 houve uma queda nos mesmos, sendo que esta queda não foi numa proporção favorável a empresa, pois as compras se tornaram à vista enquanto que as vendas não. A empresa deverá buscar recursos no capital de giro próprio para financiar parte dos seus estoques, caso contrário deverá modificar sua política de comercialização.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA

De um modo geral a situação econômica da referida cooperativa se mostrou em processo de melhoramento, visto que em quase todos os índices utilizados houve um crescimento em seus valores.

Através do índice rentabilidade s/ vendas é possível verificar que a cooperativa se encontra em uma situação regular, indicando possíveis problemas com custos operacionais, financiamentos ou capacidade competitiva.

A margem bruta apesar de ter demonstrado no ano de 1992 uma razoável recuperação, no ano de 1994 apresentou uma queda que pode ser explicada pela elevação dos custos em relação as receitas.

O índice encontrado no retorno s/ investimentos anuncia que a cooperativa encontra-se em situação ruim, visto que a capacidade de recuperação dos investimentos é muito lenta. Este índice indica que a cooperativa não tem uma relação custo/oportunidade boa, pois a taxa é inferior a rentabilidade da poupança oficial.

Quanto ao retorno s/ o patrimônio líquido, o qual constitui um dos índices de maior importância, visto que justifica ao associado a manutenção das sobras na empresa, a cooperativa demonstra uma situação razoável devendo reestudar a estrutura operacional de receita/custos.

O giro do ativo revela que apesar da melhora deste índice de 1994 em relação a 1993 o mesmo ainda se encontra ruim, exigindo grande necessidade de obtenção de sobras em relação às vendas para manter boa taxa de retorno s/ investimento.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIAL

A análise da situação social da referida cooperativa foi prejudicada em virtude da insuficiência de dados.

Para uma análise completa do índice de faturamento por associado se fazia necessário o auxílio de mapas de produção.

A participação em assembléias apesar de demonstrar um crescente aumento ainda não representam os números ideais, pois indicam participação passiva dos cooperados.

Vários são os índices que medem a equidade da cooperativa, bem como a importância que a mesma atribui à educação, sendo necessário para sua análise informações adicionais as quais não foram possíveis de se obter.

BSFEAC

**BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVO**

	1994	1993	1992
	R\$	R\$	C R\$
CIRCULANTE	314.338	140.218	8.920.147
Disponível	48.682	56.727	386.293
Cooperados c/ Movimento	40.972	7.739	494.206
Adiantamento Pessoal	9.770	843	27.280
Clientes	10.696	4.797	-
Devedores Diversos	-	3.002	2.754
Adiantamento a Fornecedor	17.249	14.074	-
Cocentral	-	-	4.493.688
Cooperados c/ Repasses	140.357	7.231	1.133.424
Estoques	46.612	45.805	2.382.502
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.317.265	182.431	1.538.309
Cooperados c/ Repasses	1.317.265	182.431	1.538.309
PERMANENTE	914.054	550.181	4.769.694
Investimentos	21.184	5.921	206.659
Imobilizado	892.870	544.260	4.563.035
TOTAL	2.545.657	872.830	15.228.150

BALANÇO PATRIMONIAL
PASSIVO

	1994	1993	1992
	R\$	R\$	C R\$
CIRCULANTE	238.281	135.724	9.689.568
Fornecedores	-	4.647	6.377.074
Sobras a Distribuir	22.974	97	290
Impostos a Recolher	-	-	85.396
Empréstimos	20.002	93.781	1.955.888
Bancos c/ Repasses	156.687	30.826	1.089.831
Credores Diversos	38.618	-	-
Adiantamento de Clientes	-	6.373	181.089
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.742.235	559.731	2.973.108
Bancos c/ Repasses	1.317.265	180.191	745.654
Bancos c/ Financiamento	424.970	379.540	2.227.454
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	565.140	177.375	2.565.474
Capital	28.993	2.989	48.253
Reserva de Capital	495.474	156.592	2.400.522
Reserva de Lucros	40.673	17.794	116.699
TOTAL	2.545.656	872.830	15.228.150

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1994 R\$	1993 C R\$	1992 C R\$
VENDAS	1.423.790	118.054.955	8.095.880
(-) CPV	(1.326.108)	106.219.325	(9.349.316)
SOBRAS BRUTAS	97.682	11.835.630	(1.253.436)
(-) RESULTADO OPERACIONAL	(284.733)	(2.893.190)	(299.025)
SOBRA OPERACIONAL	(187.051)	8.942.440	(1.552.461)
(-) DESPESA FINANCEIRA	(1.432.651)	(257.783.112)	(962.350)
RECEITA FINANCEIRA	829.206	92.783.079	1.873.034
RECEITA NÃO OPERACIONAL	817.525	156.125.884	596.875
(-) AJUSTES DE SOBRAS	-	-	45.244
SOBRAS LÍQUIDAS A/DESTINAÇÃO	27.029	68.291	342
(-) DESTINAÇÕES			
FUNDO DE RESERVA	(2.703)	(6.829)	(34)
FATES	(1.354)	(3.415)	(17)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	22.974	58.047	290

QUADRO DE INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

BSFEAC

INDICADORES	FÓRMULA	1992	1993	1994
1- SITUAÇÃO FINANCEIRA	$IA = \frac{PP-AP}{AO}$			
* Autofinanciamento		-0,09	0,03	0,24
* Liquidez Corrente	$LC = \frac{AC}{PC}$	0,92	1,03	1,32
* Liquidez Seca	$LS = \frac{AC-E}{PC}$	0,67	0,70	1,12
* Liquidez Geral	$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PELP}$	0,83	0,46	0,82
* Endevidamento Total	$ET = \frac{PC+PELP}{AT}$	0,83	0,80	0,78
* Endevidamento a Longo Prazo	$ELP1 = \frac{PELP}{AT}$	0,20	0,64	0,68
	$ELP2 = \frac{PELP}{IMOBILIZADO}$	0,65	1,03	1,95
* Prazo Médio de Recebimento	$PMR = \frac{C.R. \text{ MÉDIA} \times 360}{VENDAS \text{ LÍQUIDAS}}$	-	12,18	8,12
* Prazo Médio de Pagamento	$PMP = \frac{CAP \text{ MÉDIO} \times 360}{COMPRAS}$	-	11,67	0,63
* Prazo Médio de Estoques	$PMP = \frac{ESTOQUES \text{ MÉDIO} \times 30}{CMV}$	-	50,44	12,54
2- SITUAÇÃO ECONÔMICA	$RV = \frac{SOBRAS \text{ LÍQUIDAS}}{VENDAS}$	0,00004	0,001	0,02
* Rentabilidade das Vendas				
* Margem Bruta	$MB = \frac{SOBRAS \text{ BRUTAS}}{ROL}$	-0,15	0,10	0,07
* Retorno s/ Investimento	$RSI = \frac{SOBRAS \text{ LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO}}{ATIVO \text{ MÉDIO}}$	-	0,0003	0,02
* Retorno s/ Patrimônio Líquido	$RSPL = \frac{SOBRAS \text{ LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO}}{PL \text{ MÉDIO}}$	-	0,001	0,08
* Giro do Ativo	$GA = \frac{ROL}{ATIVO \text{ MÉDIO}}$	-	0,45	0,83

B3TEALC

QUADRO DE INDICADORES SOCIAIS

INDICADORES	FÓRMULA	1992	1993	1994
* Faturamento por Adesão	$\text{FPA} = \frac{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}{\text{N}^\circ \text{ ASSOCIADOS ATIVOS}}$	6.955	97.727	1.740
* Participação em Assembléias	$\text{PEA} = \frac{\text{N}^\circ \text{ DE ASSOCIADOS NA ÚLTIMA ASSEMB.}}{\text{N}^\circ \text{ ASSOCIADOS TOTAL}}$	0,03	0,07	0,09
* Da Equidade Cooperativa	VÁRIOS	-	-	-
* Da Importância Atribuída à Educação Cooperativa	VÁRIOS	-	-	-

5- CONCLUSÃO

BSFEAC

A eficiência empresarial em empresas cooperativas constitui requisito fundamental para a mesma atingir seus objetivos.

Antes as cooperativas eram concebidas e estruturadas em função da assistência ao produtor e para viabilizar programas governamentais.

Hoje se faz necessário a transformação destas sociedades devendo as mesmas serem reconcebidas e reestruturadas em função da satisfação do cliente e do retorno para o associado.

Para atingir o objetivo acima a nova cooperativa deve colocar em prática uma gestão empresarial objetivando se tornar uma empresa eficiente no mercado, bem como uma extensão dos negócios dos seus associados.

A cooperativa que utiliza uma gestão empresarial deve conhecer a si, a outros e o mundo e, a partir daí, reorganizar seus quadros para satisfazer aos clientes e a si, buscando sempre a auto-gestão.

7- BIBLIOGRAFIA

ADMINISTRAÇÃO DE COOPERATIVAS - PINHO, D.B.;
GIOVENARDI, E.; CORREIA, H.L.; MATULIS, H.; NOGUEIRA,
N.; NASCIMENTO, O.V.; CODA, R.; SOARES, R.P.

BASES OPERACIONAIS DO COOPERATIVISMO - PINHO, C.M;
MATULIS, H.; GUIMARÃES, M.K.; CABRAL, G.C.;
MAGALHÃES, M.H.; NAKAGAWA, M.; STECCA, N.

LEI Nº 5.764 DE 16/12/71

O PENSAMENTO COOPERATIVO E O COOPERATIVISMO
BRASILEIRO- PINHO, D.B.

ORIENTAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVAS- OCB-
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS.

ORGANIZACIÓN DE LAS SOCIEDADES COOPERATIVAS-
MOIRANO, A.A.

PESQUISAS E ESTUDOS DE COOPERATIVISMO PRÁTICO-
MOURA, V.

REALIDADE E PERSPECTIVAS DA AÇÃO COOPERATIVA-
TRALDI, F.

SÉRIE COOPERATIVISMO 14- OCEPAR- JÚNIOR, C.C.O.